



Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: www.ufpe.br/rbgfe



A (In) Sustentabilidade da Vida Humana nas Cidades: Redirecionamentos Teórico-Metodológicos à Construção de Ambientes Urbanos Humanos

Cláudio Jorge Moura de Castilho¹

¹ Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco-Campus Recife, cjmc@ufpe.br

Artigo recebido em 15/04/2012 e aceito em 18/06/2012

RESUMO

Faz-se uma reflexão sobre redirecionamentos teórico-metodológicos à construção de ambientes urbanos mais humanos, sob parâmetros da sustentabilidade, discutindo perspectivas de enxergar, pensar e intervir na realidade territorial desses ambientes. Primeiramente, analisa-se a insustentabilidade dos ambientes urbanos de hoje. Em segundo lugar, resgata-se o conceito de sustentabilidade, em uma abordagem complexa e interdisciplinar. Por último, discute-se como se pode contribuir à construção de ambientes urbanos sustentáveis, apresentando dois exemplos de políticas públicas em Recife, que tentaram fazê-lo, mas que ainda não o conseguiram. A revisão da literatura sobre o assunto, com base em uma parte das reflexões teóricas e metodológicas encontradas em livros e artigos selecionados por nós, constitui a principal fonte e material à realização deste trabalho.

Palavras-chave: (In) Sustentabilidade, Ambientes urbanos, Complexidade, Interdisciplinaridade, Recife.

The (Un) Sustainable of Human Life in Towns: New Theoretic and Methodologic Directions for Constructing Human Urban Environments

ABSTRACT

It points at new theoretical-methodical directions for constructing human urban environments, considering the parameters of sustainability, discussing a perspective of seeing, thinking and intervene in the urban reality. Firstly, it analyzes the current unsustainability of urban environments in towns. Secondly, it shows the concept of sustainability in its complex and interdisciplinary perspective. Lastly, it indicates two examples of public policies in Recife in order to contributing to thinking about the possibilities of a sustainable urban environment. The literature about this subject, based on a part of theoretic and methodologic reflections found within books and scientific papers selected by us, provided the most important material and sources for this study.

Keywords: (Un) Sustainability, Urban environments, Complexity, Interdisciplinarity, Recife.

1. PONTOS DE PARTIDA

A idéia da discussão da questão relativa à (in) sustentabilidade dos ambientes urbanos partiu de observação, leitura e discussão de processos de intervenção territorial em diversos contextos de cidades brasileiras, ao longo da nossa experiência de ensino, pesquisa e “extensão” na cidade de Recife; pelo que se constatou a perversidade dos

ambientes construídos e, por conseguinte, a necessidade de buscar outras alternativas que considerem as necessidades humanas em sua totalidade, sendo esta condição *sine qua non* à construção de ambientes sustentáveis, portanto mais humanos.

Observando e analisando de perto o espaço urbano brasileiro, nota-se que as suas paisagens estão perdendo suas características peculiares de modo acelerado, tornando-se

* E-mail para correspondência: cjmc@ufpe.br (Castilho, C. J. M.).

lugar de: verticalização exacerbada; tendência ao isolamento de grupos de todas as classes sociais em condomínios residenciais, de consumo exacerbado e de diversão por diversão; tráfego de veículos – sobretudo individuais – intenso e saturado, comprometendo a circulação urbana a qual deveria ser gerida de acordo com parâmetros da ideia de *conforto ambiental*; e de descaso das autoridades públicas para com os espaços públicos das cidades. Aspectos que, em meio a tantos outros, reforçam a problemática histórica do urbano nas nossas cidades.

Considerando a natureza da prática de processos institucionais relativos a intervenções urbanísticas de (re) organização territorial nas cidades, tem-se visto a permanência desse ambiente urbano insustentável; o que vem acontecendo desde os primórdios de sua formação histórica baseada no industrialismo, consolidando a situação de fragmentação territorial das cidades brasileiras.

Não se quer aqui, mediante um raciocínio maniqueísta, destacar esses fatores negativos, contrapondo-os, ao final, a possibilidades de mudanças sem uma base real de sustentação. Deseja-se, ao contrário, recolocar a referida discussão, para revigorar o debate sobre possibilidades concretas de reverter esse quadro de referências, contribuindo para o debate sobre a concretização efetiva da sustentabilidade na cidade. Para o quê, aliás, a garantia da justiça ambiental faz-se fundamental, notadamente

em termos da promoção de políticas públicas que consigam redirecionar o atual processo de construção dos ambientes urbanos, destacando em primeiro plano a sustentabilidade da vida humana.

Se continuarmos apáticos, assistindo à continuidade da lógica predominante do crescimento acelerado que negligencia os imperativos à realização da vida humana em sua complexidade, voltando-nos, mormente, a questões relativas à distribuição de bens e serviços (*necessidade*) e não considerando outros efetivos atributos inerentes ao ser humano (bem-estar, conhecimento dos contextos, autonomia, felicidade – *liberdade*), as cidades continuarão insustentáveis.

Pretende-se, assim, seguir um caminho já trilhado por pensadores que, apesar de terem pertencido a vertentes teórico-metodológicas diferentes (Lefèbvre (1974), Castoriadis (1992), Santos (2000) e Harvey (2004)), conseguiram esboçar aproximações interessantes, sobretudo, no que diz respeito à defesa da ideia de compreender o mundo para melhor intervir nele, aprimorando o arsenal teórico-metodológico coletivo para isto.

Procurou-se destacar a natureza do processo atual de construção dos ambientes urbanos, no curso da história de uma formação territorial em que predominaram situações de insustentabilidade, mas que nunca deixou de apresentar possibilidades de mudanças (primeira seção). O que foi feito com a finalidade de delimitar os pontos necessários à (re) conceituação da

sustentabilidade enquanto pensamento e prática (segunda seção). Com isto, pretendeu-se discutir o conceito de sustentabilidade nas cidades, recuperando o seu caráter interdisciplinar e complexo, aprimorando a capacidade de elucidar a realidade territorial humana na perspectiva da sua mudança concreta.

Além de captarem a essência dos fenômenos em sua dinâmica, os conceitos constituem mediações fundamentais à

elucidação das práticas territoriais vigentes e desejadas em termos de ambientes urbanos construídos. Deseja-se, assim, ressaltar a dimensão subjetiva (simbólica) da (in)sustentabilidade, visando entender e explicar a complexidade do próprio conceito de sustentabilidade. O que será de grande valia à reflexão sobre possibilidades concretas de atingir o ainda não existente desenvolvimento urbano humanamente sustentável em sua complexidade.

Observando mais de perto [...], a cidade e o processo urbano são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos. Não há nada “puramente” social ou natural na cidade, e ainda menos anti-social ou antinatural; a cidade é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integradas, infinitamente ligadas e simultâneas; essa coisa híbrida sacionatural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos. (Swyngedouw, 2001, p. 84)

O que só pode ser apreendido por meio de práticas interdisciplinares de abordagem teórica e empírica. Na busca de se fazer, como diz Morin (2003), uma *ciência com consciência*, complexidade e interdisciplinaridade tornaram-se conceitos fundamentais, os quais começaram a ser discutidos de maneira mais intensa, notadamente, na segunda metade do século passado: “[...] norteada pela idéia básica de (re) ligação de saberes e busca de seu significado, ou seja, a de que a geração de conhecimento e de tecnologia deveria pautar-se no mundo contemporâneo: serem produzidos em benefício do homem e da natureza”. (Alvarenga et al., 2010, p.4)

Por último, destacam-se dois exemplos de políticas públicas em Recife, que, ao nível do discurso político, foram apresentadas como ações voltadas à promoção da inclusão

social de populações pobres da cidade; mas que, na prática, não concretizou esse discurso. Na nossa visão, entretanto, se concretizadas tal como norteiam seus objetivos, essas políticas públicas poderiam representar um caminho propício à referida sustentabilidade.

2. AMBIENTES URBANOS INSUSTENTAVEIS: Uma constante na história da cidade

A insustentabilidade não é algo novo na história das cidades. Ela surgiu quando estas passaram a ser reconstruídas sob os parâmetros do desenvolvimento histórico-geográfico desigual (Harvey, 2004). Foi no século XIX, no *período paleotécnico* do capitalismo, que teve início o que hoje se identifica como questão ambiental. Isto em função, sobretudo, do descaso das autoridades públicas para com as populações e o espaço

físico-natural das cidades, buscando o crescimento econômico sem limites e, por seu turno, a acumulação de riquezas, preterindo a vida humana.

Uma análise muito esclarecedora dessa problemática foi feita por Mumford (1998) para quem, sob os imperativos do *laissez-faire* e *utilitarismo*, as cidades (industriais) tornaram-se ambientes desfavoráveis à vida humana, agravando as condições de exploração do homem pelo homem (trabalho contínuo sem a garantia de direitos trabalhistas, ausência de alimentação saudável, falta de condições à promoção da

higiene pessoal e habitacional, insegurança e desconforto em função da ausência de um Estado social); e desfavoráveis à conservação das condições vitais do ambiente físico da cidade (ar impuro com substâncias nocivas ao homem, odores insuportáveis, cursos d'água transformados em esgotos a céu aberto que geraram doenças e mortes).

Na medida em que os processos de *consumismo* e a *competitividade*, inerentes ao *laissez-faire*, sob a perspectiva utilitarista, tornaram-se elementos essenciais na dinâmica dos ambientes urbanos, na teoria e prática, eles:

[...] levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão de mundo, convidando [...] a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a [...] do cidadão. É verdade que no Brasil tal oposição é menos sentida, porque em nosso país jamais houve [...] cidadão. As classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãs; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. (Santos, 2000, p. 49-50)

Somente nas últimas décadas do século XIX é que se começou a notar maior atenção do Estado com relação às condições ambientais na cidade; em função, sobretudo, da organização e mobilização social de parcelas abonadas das populações urbanas (empresários e políticos), talvez porque elas próprias começavam a ser atingidas pelos efeitos negativos inerentes à lógica utilitarista do *laissez-faire*.

A insustentabilidade exprime, assim, a incapacidade de as políticas urbanas adaptarem a oferta de serviços urbanos à quantidade e à qualidade das demandas sociais, provocando um 'desequilíbrio entre necessidades cotidianas da população e os meios de as satisfazer, entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infra-estrutura'. (Acsehrad, 2001, p. 45-46)

Daí por que se buscou, posteriormente, combinar o *higienismo* com competitividade e sustentabilidade, abandonando, assim, as práticas exacerbadas do *laissez-faire* e do

Todavia, essas ações não foram muito eficazes, visto que, seguindo intervenções urbanísticas baseadas no *higienismo*, elas tiveram alcance limitado, não tendo considerado a complexidade da problemática ambiental em sua complexidade e totalidade. Desse modo, a situação da insustentabilidade urbana permaneceu, no tempo e no espaço, provocando perdas em termos de qualidade de vida para todos.

utilitarismo, pelo menos não se limitando apenas a elas. Nesta perspectiva, convém lembrar que:

[...] o “fazer cidade” (objetivo dito principal da política urbana) só é possível se a cidade se dota de um projeto de desenvolvimento econômico que combine a competitividade com a sustentabilidade no que diz respeito aos recursos não renováveis e ao meio ambiente e com a coesão social, ou seja, o emprego, a moradia, o acesso aos serviços, a participação cívica e a integração cultural. (Campos, 2001, p. 114)

Mas, na prática, é difícil verificar a efetiva combinação desses elementos. Por isso que as soluções pensadas e praticadas à (re) organização territorial dos ambientes urbanos continuam reprodutivistas quanto à forma e limitadas quanto ao alcance.

Considerando, aqui, as escalas do processo de construção dos ambientes urbanos, não se pode deixar de levar em conta que as cidades, sobretudo as mais dinâmicas (grandes e médias), constituem de modo cada vez mais célere, como dizia Santos (1997), debatendo com Lefèbvre (1974), *locus* de intersecção e embates entre interesses globais (*verticalidades*) e locais (*horizontalidades*), como totalidades híbridas em permanente movimento. Enquanto os primeiros dizem respeito à dinâmica da lógica racional-instrumental – utilitarismo! – do próprio capitalismo no seu contínuo acontecer “homogeneizador”, os segundos concernem à existência cotidiana das pessoas, firmas e instituições inerentes à história de cada lugar

onde se acham possibilidades para a criatividade e a inovação.

Nesse jogo de relações, entretanto, apesar de algumas modificações, as *verticalidades* têm tido primazia, conseguindo consolidar fortes *solidariedades organizacionais* as quais, em vez de reverterem a perversidade engendrada pela própria lógica do capitalismo, preocupam-se apenas com a formação de redes de articulação territorial aptas à promoção do aumento e aceleração da geração de lucros. Mais uma vez, na prática, o que prevalece é a prioridade *simplificadora* dos interesses da competitividade sobre os interesses da vida humana no seu todo.

Todavia, a idéia da sustentabilidade não deixa de ser usada como discurso que mascara a insustentabilidade das cidades atuais, sobretudo em períodos de crises econômico-financeiras tal como diz Harvey (1996 e 2010). Nesta perspectiva,

[...] as cidades que desfrutam hoje do *status* de “modelo”, segundo os padrões internacionais hegemônicos, são as que mostram uma imagem que agrega à modernização tecnológica e infra-estrutural a promessa de uma “cidade harmoniosa”, com “alta qualidade de vida” e “renovada vida cultural e artística”. (Sanchez, 2001, p.156-157)

Em se associando à idéia de competitividade, o discurso da sustentabilidade acaba impondo o modo capitalista perverso de enxergar, pensar e fazer, subordinando os interesses das pessoas, firmas e instituições que não conseguem

sequer incluir-se na lógica capitalista instrumental da modernização hegemônica. Se por um lado, para reforçar esse discurso, defende-se e divulga-se a participação da sociedade na gestão e no planejamento urbanos, por outro lado,

[...] a sociedade civil encontra muitas dificuldades em ser ouvida ou em pôr em discussão problemas reais, uma vez que se tenta impor em uma cidade onde “tudo está resolvido”, “tudo funciona bem”. A Curitiba [ou qualquer outra cidade] que ‘deu certo’, “longe de expressar uma conquista da sociedade, pode ser interpretada como uma imposição que anula ou apaga outras leituras possíveis da cidade e das transformações em curso” [...]. (Moura, 2001, p.225)

Ao mesmo tempo, a participação dos movimentos sociais nesse processo tem ocorrido mais na busca do acesso quantitativo a bens e serviços, a partir de táticas de reivindicação; do que na busca de mudanças mais profundas, não chegando a atingir o nível da qualidade. Talvez em função do apagamento das possibilidades de fazer outras leituras, tal como citado acima.

É assim que a força dos discursos, ao nível da subjetividade, tem levado ao apaziguamento de tensões territoriais, apagando possibilidades de outras leituras e atitudes com relação ao vigente: “Esse processo recoloca a sistemática da participação restritiva: sem debates efetivos, reforça a ‘engenharia do consenso’ e garante a legitimidade do discurso, aparentando ter cumprido a disposição constitucional da participação no processo de planejamento e gestão” (Ibidem, p.229), fazendo permanecer a lógica da insustentabilidade das e nas cidades.

Convém, portanto, aprimorar a capacidade de apreender e explicar essa problemática de modo mais profundo, tornando-se fundamental para a construção de conceitos relativos à sustentabilidade urbana

em sua complexidade, sob as perspectivas teórico-metodológicas interdisciplinares. Quer-se, com isso, influir nas discussões e nos debates acerca da concretização de redirecionamentos para a construção de ambientes urbanos que superem a lógica da insustentabilidade para, de fato, atingir a da sustentabilidade.

3. BUSCA DA COMPLEXIDADE NA CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES URBANOS: Retomada do conceito de sustentabilidade no pensamento e na prática dos homens

Ao longo da história do pensamento humano, o conceito de sustentabilidade – movido pelo evento de Estocolmo (1972), pela proposta do Relatório Brundtland (1987), pelo evento do Rio de Janeiro (1992), pela Rio + 10 (2002) etc. – teve como referência chave, conforme Gilli (2010), a idéia de *necessidade expansiva* das gerações presentes e futuras, designando não uma entidade natural, mas uma construção social sujeita a várias mudanças no tempo e no espaço, extrapolando o âmbito puramente ecológico para chegar também ao econômico e ao social.

Il risultato di ciò è stato uno spostamento dalla nozione di “bisogno di” a quella di “diritto a”, in cui l’oggetto del diritto è andato investendo sfere lontanissime, dalla qualità dell’aria alla povertà, dal consumo di fonti di energia non rinnovabili all’emarginazione sociale. La sostenibilità sembra essere diventata, da requisito che deve avere ogni intervento di sviluppo, un obiettivo a sé, un ideale da raggiungere. (Gilli, 2010, p.83)

Desse modo, tal como acima dito, passou-se da noção de “necessidade de” à de “direito a”, condições fundamentais à reflexão sobre mudanças concretas. O que só foi percebido quando se compreendeu a complexidade ambiental a partir da identificação das subjetividades aliadas a materialidades inerentes à construção de ambientes urbanos insustentáveis. A aproximação dos cientistas com relação ao cotidiano dos diversos ambientes urbanos constituiu fator fundamental para atingir à complexidade do conceito em tela.

Em sendo assim, sentir-se-á a relevância de valorizar idéias e práticas baseadas na

perspectiva, também, do fortalecimento dos interesses, objetivos e projetos não hegemônicos, isto é, daqueles que se acham atrelados às necessidades vitais dos *homens lentos* que se acham na dimensão das *horizontalidades*. Pessoas que também almejam mundos diferentes, nos e a partir dos quais consigam participar efetivamente do processo de construção dos seus ambientes vividos, usufruindo dos benefícios promovidos por essa participação, para o que, aliás, a apropriação e organização de ambientes condizentes às suas reais necessidade e liberdade constituem práticas de suma importância.

Le pratiche sociali che in questa relazione si generano [...] sono reazioni che rendono manifesta l'interazione delle diverse popolazioni con lo spazio occupato e che connotano un ambiente: territori con dotazioni e prestazioni simili producono ambienti diversi se abitati da genti che li praticano diversamente. La *percezione* dei luoghi allo stato presente, la *memoria* del loro passato piuttosto che le trasformazioni attese e le proiezioni sul futuro per la presenza di *cantieri* e *progetti* in corso e previsti contribuiscono in maniera talvolta decisiva alla costruzione dei significati attribuiti allo spazio dai suoi abitanti, riflettendosi sulle forme di organizzazione e sulle relazioni sociali. (itálicos no original) (Gabellini, 2010, p.39)

Esta ideia da interação das diversas populações com o espaço ocupado, produzindo um ambiente, remete-nos à de uso dos ambientes urbanos construídos à promoção da justiça ambiental, a qual não

está embasada apenas na redistribuição de recursos. Mas, simultaneamente, na capacidade de usá-los por todos os cidadãos – principalmente como cidadãos – em todas as escalas do acontecer humano.

A idéia de justiça socioambiental resulta de uma expansão da arena de preocupações com o meio-ambiente no sentido de redesenhar a distribuição espacial e social de fatores ambientais positivos e negativos, partilhar as responsabilidades inevitavelmente associadas com a proteção ambiental e, talvez, o mais importante, definir os *loci* de tomada de decisão ambiental. [...] Precisamos questionar a distribuição das responsabilidades ambientais dentro das cidades e entre elas; entre suas regiões peri-urbanas e o interior, assim como entre as regiões do mundo. (Lynch, 2001, p. 57)

Assim como a idéia de *direito à cidade*, a de justiça socioambiental deve ser considerada, segundo Rossi e Vanolo (2010, p.162), em sentido amplo, não se limitando a

demandas de proteção ambiental e conservação da natureza, nem a forças políticas isoladas e simples. Nesta perspectiva,

[...] le città non funzionano soltanto come “siti” dove si sperimenta la costruzione di movimenti collettivi. Esse fungono anche da nodi e al tempo stesso “spazi di convergenza” di reti di movimenti e gruppi che si mobilitano su temi di giustizia sociale di rilevanza al tempo stesso locale e globale [...]. La formazione di reti “transnazionali” di movimenti e gruppi di pressione non avviene soltanto per ragione di natura pratica [...], ma può essere compresa anche alla luce della “svolta morale” [...] e delle diverse geografie della “responsabilità” [...] che percorrono il mondo contemporaneo. (Rossi e Vanolo, 2010, p.159)

Para isso, a preocupação da análise do complexo, em uma perspectiva interdisciplinar, deve considerar, também, a multiescalaridade do acontecer ambiental, extrapolando a dimensão de questões atinentes apenas a riscos ambientais locais (contaminação, destino de resíduos sólidos, erosões, pobreza).

Mas, considerando, ao mesmo tempo, a dimensão dos riscos sociais globais (economia, política, ideologia, justiça), e evitando as ações modernizadoras *violentas* de que fala Zaoual (2006), que acontecem

como tais porque chegam aos diversos lugares do mundo sem levar em conta os seus *sítios simbólicos de pertencimento*, impondo-lhes interesses, objetivos e projetos alheios que alienam, de modo violento, os ambientes vividos, agravando a situação de desigualdade e de injustiça ambiental.

Pode-se, então, resumir esta discussão empreendida neste texto, até aqui, com as palavras de Paul (2010), que, criticando a lógica simplificadora tantas vezes discutida e criticada por Morin (2003; 2011), diz:

O novo paradigma deve permitir separar, distinguir, como é o caso do antigo, mas também reunir, fazer interagir. Para fazer isso, ele age excluindo toda referência a um princípio redutor ou a um princípio unificador absoluto, pois ambos apagam toda diversidade do real. O desafio da complexidade que se destaca tanto na pluri, na inter quanto na transdisciplinaridade, reside no duplo desafio da distinção e da religação, o que implica sempre certa incerteza. [...] Ele revaloriza, por outro lado, a dimensão humana e a subjetividade. (Paul, 2010, p.256)

Deu-se destaque, até o presente momento, à complexidade do conceito de sustentabilidade, na busca da valorização deste conceito, que se faz tão importante à apreensão e explicação da realidade socioambiental dos seres humanos, mediante uma perspectiva de abordagem interdisciplinar. Tentar-se-á, na seção seguinte, discutir em que medida se poderá trabalhar o conceito de complexidade na prática de pesquisas que permitam fazer intervenções no processo de construção de ambientes urbanos sob os parâmetros efetivos da sustentabilidade.

4. SUSTENTABILIDADE DOS AMBIENTES URBANOS: Desafios na pesquisa e prática social

A ciência não se reduz às tarefas de criação de conceitos e aprofundamento de debates teóricos. Mas, compreende, concomitantemente, a operacionalização dessas tarefas na busca, como diz Alves (2005), de promover o bem-estar e a felicidade dos homens. Esta frase foi e é dita e repetida várias vezes, não somente por nós, mas, também, por muitos colegas. Repetição que deve ser feita tantas vezes for necessário, pois, como dizia Castoriadis (1992), muitas

vezes é preciso dizer as coisas novamente a fim de que a sociedade em seu processo contínuo de institucionalização compreenda, de fato, a natureza filosófica das coisas.

Além disso, quando se tem necessidade de repetir o que já foi dito sobre determinados problemas é porque estes ainda não foram superados. Portanto, essa repetição pode ser fundamental para a reflexão não somente teórica mas, ao mesmo tempo, prática das políticas públicas.

Mais recentemente, no âmbito da problemática ambiental, as políticas públicas têm atuado de maneira a buscar pensar e construir ambientes urbanos, associando parâmetros da sustentabilidade aos da competitividade. Contudo, muitas delas continuam reproduzindo ambientes voltados, mormente, aos interesses das classes hegemônicas. E isto porque, principalmente em função do empobrecimento aos níveis do pensar e construir, pensadores, políticos e até homens lentos terminam considerando apenas a dimensão econômica do processo de

construção dos ambientes urbanos, preterindo as demais.

Ao tratar do tema *idades sustentáveis*, o documento Agenda 21 para o Brasil ressalta o uso e a ocupação do solo como uma das quatro estratégias importantes, visando, sobretudo: “Aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, a eficiência e a qualidade ambiental”. (Oliveira, 2001, p. 195)

4.1 Desafios na pesquisa e na prática social

Como vimos, a ciência não pode continuar limitada à análise do uso e ocupação econômica do território que é o alvo fundamental das políticas públicas, através de abordagem puramente material, quantitativa e simples. Ressurge, portanto, a importância da compreensão da dimensão ambiental em sua complexidade, a qual se faz fundamental à resolução da sua efetiva problemática.

O território [ambiente (urbano) construído] não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando de território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro [...]: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... (Santos, 2000, p. 96-97)

Na geografia, ponto de partida desta reflexão, tem-se procurado extrapolar fronteiras, na busca de análises para explicar o processo de formação e organização territorial dos homens. Durante os anos 70, 80 e 90 do século XX, houve muitas contribuições

teórico-metodológicas nesse sentido, dentre as quais se consideraram as de Raffestin (1981; 1989), Santos (1979; 1987; 1997) e Turco (1988): o primeiro tratando o processo de construção territorial através de uma abordagem teórico-metodológica *relacional*;

o segundo, compreendendo o território como um conjunto indissociável, solitário e contraditório de sistemas de objetos e de ações como totalidades em processo

permanente de totalização; e o terceiro procurando construir, explicitamente, uma *teoria geográfica da complexidade*:

Lo spazio dunque ci appare come ambiente dotato di complessità non tanto perché, in assoluto, ha consentito e consente la vita umana [...] La complessità originaria dunque, non va colta semplicemente quale arco di possibilità che si danno alla vita dell'uomo, di vivere in un posto piuttosto che in un altro, ad esempio. [...] Pertanto, [...] più che trarre profitto da questa o quella situazione locale, è interessato ad interferire nei meccanismi che regolano la qualità del suo esistere, fino a poterli governare. La territorializzazione, precisamente, è una delle forme e di tale interferenza [...]. (Turco, 1988, p.70)

Reflexões que constituem resultado de um contínuo esforço epistemológico que: “[...] deve essere un mezzo per guadagnarsi, nello stesso tempo, da uno spirito critico esagerato e da un dogmatismo confinante con il conservadorismo. Si tratta di preservare la libertà della scienza, cui tiene tanto Feyerabend”. (Raffestin e Turco, 1989, p.25)

Observa-se, assim, uma tendência geral a abandonar a lógica da *inteligência simplificada*, quando, também, a geografia superou os quatro princípios fundamentais da

referida lógica, os quais, segundo Morin (2011, pp.32-34), são os seguintes: os da *ordem, separabilidade, redução e lógica indutivo-dedutivo-identitária*, cujas conceituações e repercussões práticas para o pensamento e o agir social de modo limitado e obtuso já são bastante conhecidas. Este processo de construção territorial (ambiental) envolve diversas dimensões responsáveis à realidade existencial humana, as quais estão imbricadas em uma totalidade complexa.

Totalidade e complexidade são palavras que surgem todas as vezes que se fala de interdisciplinaridade. O mundo real, na sua essência, é total. Ele é feito de interações múltiplas e complexas entre os muitos elementos que o compõem, não conhecendo ou admitindo fronteiras estanques. O reconhecimento da totalidade do mundo, de sua unicidade, constituiu um dos primeiros modos de construção da consciência do universo pelo pensamento humano e da concepção da posição do homem no seu interior. (Raynaut, 2010, p. 84) (destaques nossos)

Para isso, não é necessário que os pesquisadores abandonem suas disciplinas de origem, numa perspectiva de mera extrapolação de fronteiras. O que se defende é a compreensão dos ambientes urbanos socialmente construídos em sua complexidade e totalidade promovida pelo diálogo, sendo este o primeiro grande desafio da ciência.

Portanto, o diálogo entre as disciplinas, através da interdisciplinaridade, só pode ser

concretizado entre diferentes experiências no âmbito da pesquisa teórica e empírica e da prática no ambiente, que construíram, ao longo do tempo da sua formação, arsenais consideráveis à apreensão e à elucidação dos fenômenos de interesse ambiental. É esse arsenal que, ao ser revisado criticamente, por meio de esforços epistemológicos libertadores, deverá sustentar o exercício da complexidade.

Sabendo que as práticas interdisciplinares requerem sólidas formações disciplinares, uma vez que o pensamento interdisciplinar somente se constrói na relação com o disciplinar, o fato a observar é o de que somente uma visão crítica a respeito do conhecimento gerado na própria área ou campo de conhecimento disciplinar, assim como da própria produção de cada um dos pesquisadores envolvidos, permitirá uma abertura para se transpassar fronteiras e propiciar encontros e cruzamentos fertilizadores. [...] Isso se aproxima daquilo que Boaventura de Souza Santos (1988) qualifica como cientista-filósofo [...]. (Alvarenga, pp. 64-65)

A perspectiva interdisciplinar do conhecimento científico que venha ao encontro das reais necessidades da sociedade na sua complexidade possui como finalidade, corroborando a idéia de Alves (2005), “[...] a busca da realização do ser humano, promovendo uma concentração integradora no próprio *self* [...]. Postulando a perspectiva da condição humana, a interdisciplinaridade procuraria responder perguntas que envolvem tanto a realidade objetiva como a subjetiva.” (Leis, 2010, p.117) Desse modo, conseguiu-se vislumbrar o outro lado da sustentabilidade, pensando-a e praticando-a como tal.

O segundo desafio da pesquisa e prática do *cientista-filósofo* reside na intervenção nos ambientes vividos, com o propósito de contribuir ao *bem estar e da felicidade dos homens*. Pode-se explicá-lo a partir da discussão da prática das políticas públicas nas cidades. É verdade que, remontando no tempo, nota-se que a origem de procedimentos interdisciplinares no âmbito das políticas públicas começou a ocorrer quando do período do desenvolvimentismo, entre os anos 50 e 60 do século passado. E isto quando, para cada intervenção a ser concretizada, recorriam-se a equipes de “especialistas” das várias áreas do saber a fim de elaborarem os planos, programas e projetos

de ações, cada um a partir do seu saber específico a fim de reunir os diversos aspectos relativos às dimensões que compõem a totalidade.

Todavia, na realidade, eram as posturas simples de pensar e agir que predominavam no trabalho das referidas equipes, as quais, em vez de reunirem seus saberes para o diálogo, apenas aproximavam esses saberes, intervindo na realidade de maneira setorial, pontual e limitada.

Sob esta lógica da *inteligência simplificadora* (Morin, 2011), os planejadores terminavam não ultrapassando o nível das suas próprias especializações. Foi assim que se começou a fazer intervenções urbanísticas que se reduziam ao remodelamento de áreas valorizadas das cidades, afastando as populações indesejadas dessas áreas e criando ambientes modernizados, eficientes do ponto de vista mercadológico e vinculados às *verticalidades*.

Criticando profundamente este reducionismo econômico, que, na prática, sempre se baseou na busca de soluções miraculosas no terreno apenas do desenvolvimento das técnicas inovadoras que garantem o crescimento da produtividade (os chamados *milagres econômicos*), Bevilacqua (2011) diz-nos o seguinte:

[...] ci si accorge presto che i miracoli sono ristretti all'ambito della tecnica e della vita produttiva. L'uomo onnipotente del nostro tempo sembra capace di stupirci per qualche minuto solo grazie a una nuova invenzione elettronica, a qualche nuovo dispositivo che arriva sul mercato, che raccoglie per un paio di giorni folle adoranti. Ma niente è capace di offrirci nella possibilità di conseguire grandi obiettivi sociali, di ridurre sfruttamento e miseria, di acrescere realmente il potere popolare. [...] Ad esempio, sarebbero sufficienti contenute risorse finanziarie per risolvere il problema della fame di un miliardo di persone, per strappare milioni di bambini alla cecità o alla morte. Ma di fronte a tali umanissimi fini l'uomo tecnologico perde ogni creatività. Si spegne impotente come un robot cui è stata tolta la batteria. (Ibidem, p.166)

Esses territórios simplificados constituem os ambientes saudáveis apenas para os interesses hegemônicos. Para esses interesses, ambientes saudáveis são, portanto, aqueles que garantem a obtenção de lucros e outros benefícios ligados à circulação e à acumulação de riquezas. Por isso é que eles devem ser modernizados, tornando-se eficientes, ligados a interesses externos e liberados da presença de pessoas que não conseguem, de modo mais rápido, inserir-se na lógica econômica vigente. Mas será que

este “ser saudável” que se acabou de considerar promove *per se* a sustentabilidade?

O geógrafo, também no papel de *cientista-filósofo*, deve construir uma geografia que seja, como diz Dematteis (2010), *verdadeira e justa*, aquela que “[...] osservando e connettendo i fatti, scopre ed espande le pontenzialità atte a migliorare il nostro ambiente di vita materiale e culturale e quindi il nostro *benvivere* collettivo, a tutte le scale.” (Dematteis, 2010, p.424) Segundo ainda este mesmo autor,

[...] il “vivere bene” [...] ha come prima condizione quella di continuare a vivere. Il che significa avere anzitutto un rapporto economico con il pianeta e le sue parti che sia efficace sotto l'aspetto della *fitness* biologica della specie umana. E non solo, perché giustamente [...] questo “principio di responsabilità” dovrebbe riguardare la salvaguardia della vita in generale.” (Ibidem)

Nesta perspectiva, segundo Dematteis (Ibidem, p.433), a geografia estará assumindo a sua componente *poética*, isto é, estará abrindo mais do que fechando questões, fluidificando e não solidificando significados. Com o que poderá contribuir para o debate, e ao mesmo tempo para a prática, acerca da construção de ambientes urbanos saudáveis.

4.2 Novos rumos teórico-metodológicos voltados à prática da sustentabilidade

Para a promoção da sustentabilidade em ambientes urbanos, é preciso que os homens,

firmas e instituições, quando alvo de políticas públicas visando à construção de seus ambientes de vida, sejam considerados como seres biológicos, que possuem histórias de vida (pessoais, familiares e sociais), culturas, representações, vivendo e usando seus territórios.

Várias pesquisas têm demonstrado que ainda há dificuldades em se pensar e construir no sentido acima colocado. As que se têm debruçado sobre a natureza de políticas públicas de gestão de programas e projetos de formação profissional e micro-empresarial de

inclusão social (Castilho, 2011) e aquelas que se ocupam da promoção de habitação de interesse social (idem, 2010-2013) para pessoas pobres têm evidenciado que ainda falta muito para uma prática efetivamente interdisciplinar, calcando-se na complexidade dos problemas em tela. Sobretudo porque ainda não se pensa e intervém na realidade, considerando-a em sua complexidade e superando a *inteligência simplificadora*, sendo esta a condição fundamental à promoção de fato da justiça ambiental e, por sua vez, da construção de ambientes urbanos mais humanos.

No primeiro caso, várias ações de formação profissional e micro-empresarial

voltada aos pobres nas cidades, sob a administração municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), foram concentradas nos Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda (CPPTR). Espaços que, localizados em áreas de “fácil” acesso com relação àquelas pessoas, tornaram-se pontos de reunião de várias ações voltadas à sua inclusão social no mercado de trabalho urbano.

Esses Centros funcionam em edifícios nos quais se prestam serviços de formação profissional e micro-empresarial, cursos de informática, *banco do povo* com os quais se pode ter acesso a oportunidades para investimentos para a criação de pequenos negócios, laboratórios etc. (Figura 1)

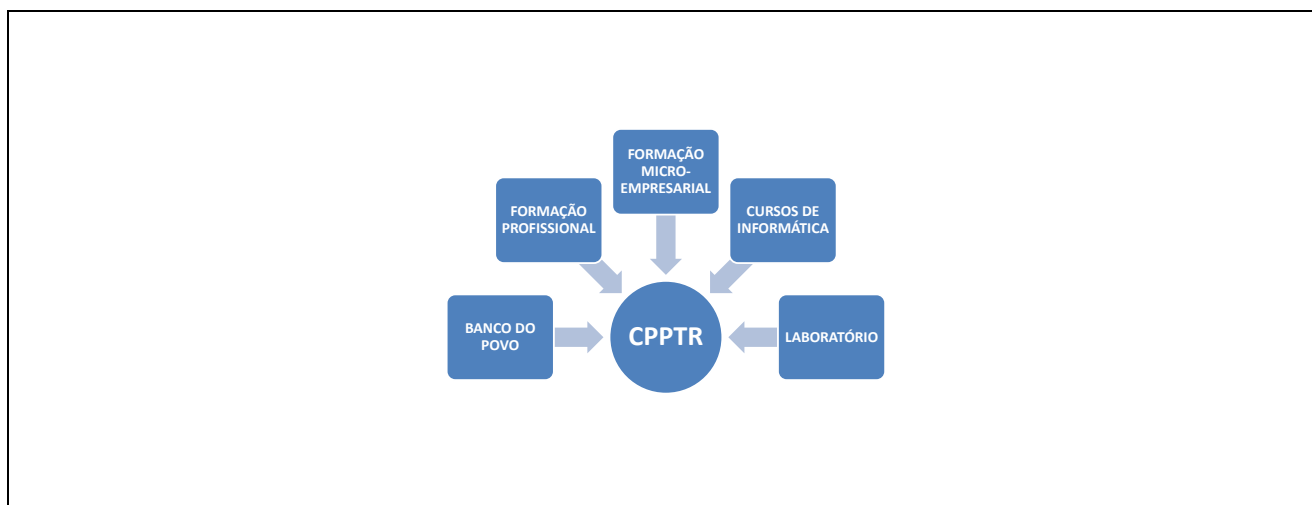


Figura 1. CPPTR: Espaço de reunião de um conjunto de serviços sociais públicos voltados à inclusão social. Fonte: pesquisa de campo realizada pelo autor deste artigo entre 2006 e 2007.

O que é diferente nesta ação pública é que se procurou concentrar esses serviços em um só espaço, em vez de mantê-los espalhados e isolados, promovendo maior controle e acompanhamento das ações de inclusão social na cidade.

Contudo, apesar desse diferencial com

relação a programas governamentais de gestões urbanas precedentes, que pensavam e intervinham na cidade de modo fragmentado, setorial e limitado, as ações dos CPPTR não conseguem dar passos mais significativos. Segundo seus próprios gestores, isto se deve, sobretudo, à ausência de recursos para a

criação de mais Centros, espalhando-os nos outros diversos ambientes urbanos e consolidando uma rede territorial sólida para atingir ao objetivo fundamental da política. Um dos exemplos mais recentes disto é que, ao invés de reforçar a ação já em andamento, repensando-a e corrigindo-a constantemente, o governo federal disponibilizou, recentemente, recursos financeiros à implementação de outros projetos, os quais, segundo alguns funcionários entrevistados por nós na própria Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SCTDE), são mais eleitoreiros.

A este problema, acrescentam-se mais dois: ausência de maior compromisso da própria equipe da SCTDE que se ocupa da gestão do programa; e, principalmente, ausência de mais engajamento das próprias populações pobres locais para as quais as suas ações se voltam, fazendo valer o seu direito

efetivo à inclusão social, talvez em função do apagamento das possibilidades de mudanças efetivas propiciadas pelo peso do discurso da inclusão. E não se deve deixar de considerar o que dizem e desejam as populações organizadas e mobilizadas, porque somente elas possuem condições efetivas para a realização dos seus direitos, indicando suas reais necessidades: acesso efetivo aos serviços sociais, à formação de que precisam, ao auxílio à realização da formação etc.

Sem a conjunção desse conjunto de fatores – reunião dos serviços necessários à formação profissional e micro-empresarial em espaços acessíveis, compromisso da administração pública e mobilização social – numa perspectiva complexa e interdisciplinar, não se pode promover a justiça ambiental e, por conseguinte, ambientes urbanos sustentáveis.

Le istituzioni locali, le organizzazioni non governative, e con esse le forme associative spontanee dei cittadini [...] appaiono anche maggiormente in grado di mobilitare risorse dal basso e raccordarle con i livelli superiori dei governi nazionali, la cui capacità d'intervento è stata seriamente compromessa dalle difficoltà finanziarie e delle politiche economiche restrittive imposte dai Programmi di Aggiustamento Strutturale. (Sommella, 2007, p.229)

Por tudo isso, as instituições da administração pública devem, antes de intervir nos territórios das pessoas para as quais as suas ações se voltam, ouvi-las, acatando o que for interessante ao sucesso das políticas públicas que pretendem promover naqueles ambientes. Da parte dessas populações, por exemplo, destaca-se uma reivindicação muito importante, mas que ainda não foi atendida: implantação de mais

CPPTR em outros territórios vivos, promovendo a ampliação do acesso aos serviços oferecidos nesses Centros, difundindo-os no espaço da cidade.

Essas ações devem basear-se em uma *teoria da difusão* que não se limite, como diz Raffestin (1989), à mera distribuição de bens e serviços às populações que deles necessitam. Mas, concomitantemente, à distribuição, a partir do acesso a esses bens e

serviços, de novas culturas e, por sua vez, de práticas urbanas calcadas na efetiva inclusão social.

No que diz respeito ao programa de erradicação das palafitas, pesquisas têm demonstrado que, também pelos mesmos motivos apontados anteriormente, ainda não se está conseguindo promover mudanças efetivas no que tange às condições de vida nos ambientes envolvidos. A idéia geral é de que, se por um lado é melhor morar em novos conjuntos habitacionais aparentemente mais higiênicos, confortáveis e seguros; por outro, a transferência dos moradores das palafitas para os novos conjuntos habitacionais construídos pela Prefeitura do Recife não lhes garante mudança mais significativa no que concerne às suas condições de existência na cidade de hoje. E isto simplesmente porque o mero deslocamento de famílias de certos ambientes como os de palafitas – com condições insalubres – para outros, sem as garantias necessárias à existência das pessoas nos “seus” novos ambientes, acaba piorando ainda mais as suas condições de vida.

Com efeito, nos ambientes anteriores onde viviam, elas tinham, pelo menos, vínculos territoriais que lhes garantiam a sobrevivência cotidiana: pescando, catando moluscos e crustáceos, vendendo produtos resultantes destas atividades nas praias próximas, recebendo ajuda de empresas e moradores das áreas mais nobres situadas no entorno dos seus ambientes vividos etc. Trata-se, aqui, do tecido ambiental dos moradores

que não foi considerado na política pública executada, pelo menos no curso das primeiras experiências até 2008.

Além desses problemas, outros tantos relacionados à inexistência de meios para arcarem com as novas despesas condominiais que esses moradores passam a ter com a vida nos novos conjuntos habitacionais: pagamento de taxas condominiais, de energia elétrica, transporte etc. sem apoio significativo.

Segundo os próprios moradores desses conjuntos habitacionais: “[...] fomos retirados das palafitas, colocados no conjunto habitacional, mas perdemos os nossos pontos de trabalho no rio, no mar, na praia, na rua e na avenida”. Além disso, dizem outros: “[...] só tivemos as nossas despesas aumentadas... e sem trabalho, como vamos pagar essas despesas?”.

Estes exemplos demonstram que a complexidade em termos da problemática habitacional urbana não está sendo considerada nas ações das intervenções públicas em epígrafe, as quais também não estão sendo geridas sob uma perspectiva interdisciplinar. Os novos ambientes produzidos continuam insustentáveis, em vez de serem construídos no âmbito da sustentabilidade, como discutido em outra seção deste texto, agravando ainda mais as condições de vida das pessoas transferidas das palafitas para os novos conjuntos habitacionais. (Figura 2)

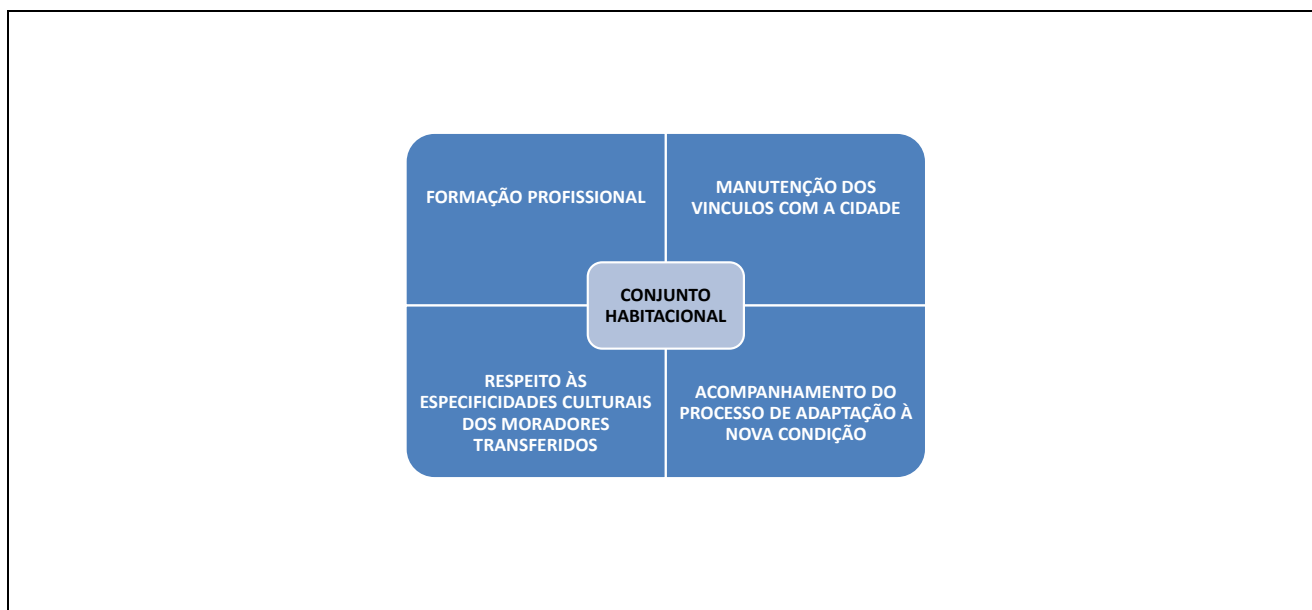


Figura 2. Inter-relações ideais em política pública de habitação de interesse social. Fonte: Pesquisa em andamento, desde fevereiro de 2010.

Para se pensar e intervir na realidade, criando ambientes urbanos mais humanos, é preciso, de maneira interdisciplinar, considerar a complexidade do problema que se pretende resolver. Isto quer dizer que não adianta simplesmente transferir os moradores se esse processo de transferência não vier acompanhado pelas ações básicas promotoras desse processo: formação profissional; manutenção dos vínculos de trabalho criados historicamente nos ambientes de origem, pelo menos enquanto não tiverem garantido o seu direito de inclusão no mercado de trabalho;

respeito às especificidades socioculturais de cada grupo social; e acompanhamento mais de perto no que concerne ao desenrolar dessas ações, pelos poderes públicos promotores das políticas públicas.

Caso contrário, continuar-se-á a agir de modo a fragmentar os ambientes vividos nas cidades, desconsiderando as reais inter-relações das pessoas com seu tecido territorial e, por sua vez, agravando ainda mais os problemas a que se propôs resolver, no âmbito do discurso político e ideológico. Desse modo, continuar-se-á a extrair:

[...] un oggetto dal suo contesto e dal suo insieme, rifiutandone i legami e le intercomunicazioni con il suo ambiente, l'inserisce in un compartimento che è quello della disciplina le cui frontiere spezzano arbitrariamente la sistemicità (la relazione di una parte con il tutto) e la multidimensionalità dei fenomeni; esso conduce all'astrazione matematica che opera di per sé stessa una scissione con il concreto, privilegiando tutto ciò che è calcolabile e formalizzabile. (Morin, 2011, p.28)

Lições que, também, nos legaram filósofos como Martin Heidegger (2010) e José Ortega y Gasset (2010a, 2010b), ainda no início dos anos 50 do século XX, a partir

de reflexões sobre o *habitar-construir-pensar*. Mas que ainda não foram contempladas nas políticas públicas de maneira mais significativa. Para estes dois filósofos, apesar

de divergirem entre eles em alguns pontos, a técnica não pode prescindir da filosofia, devendo essas duas dimensões da prática humana andarem juntas.

O que mais nos intriga nesta questão, porém, é que as áreas de onde saíram as primeiras famílias pobres e que tiveram, por conseguinte, as primeiras palafitas

erradicadas, foram justamente aquelas que sempre tinham sido cobiçadas pelo mercado imobiliário da cidade. Trata-se de áreas situadas, notadamente, em orlas marítimas e fluviais, as quais, após a retirada das palafitas, tornaram-se praças, parques, *water fronts*, avenidas amplas e modernas etc. Esse conjunto de preocupações,

[...] in quanto processo attraverso cui promuovere la coesione sociale non deve essere confusa con una mera questione estetica o di stile. Recuperare la qualità urbana attraverso operazioni di ristrutturazione, basate principalmente sul *restyling*, senza considerare le relazioni tra gli edifici rinnovati e le caratteristiche specifiche del luogo, nei suoi aspetti di risorsa locale e di reticolo storico, a cui interno acquisisce significato la vita degli abitanti, equivale a porre solo le basi per una serie successiva di danni e speculazioni. Il rinnovamento urbano deve potere incidere sul più complesso sistema dei rapporti sociali. (Miani, 2010, p.105)

Ao mesmo tempo, terminou-se vendo, no entorno das antigas áreas de palafitas, o adensamento da construção dos condomínios verticais residenciais e empresariais construídos para classes sociais mais abonadas. Mais uma vez, portanto, a história se repete e, neste caso, até mesmo “as esquerdas” ligadas ao PT estão fazendo, em parte, o jogo dos interesses predominantemente econômicos. Aqui se acha, portanto, outro problema destacado no início deste texto quando foi mencionada a questão da construção de ambientes urbanos apenas para determinadas classes sociais.

Depois da análise dos dois casos acima colocados, cujo desenrolar foi influenciado através de consultorias oriundas da Universidade, indaga-se em que medida se está diante de políticas públicas promotoras de ambientes urbanos sob os princípios da sustentabilidade, na medida em que não se está considerando, em sua complexidade, as

pessoas envolvidas como seres biológicos que possuem suas histórias de vida e representações territoriais, vinculadas a culturas próprias.

Nem mesmo os dois programas de intervenção da parte de uma administração pública de “esquerda” – a do Partido dos Trabalhadores – estão considerando e tratando, na prática, a realidade das populações pobres como totalidade complexa, fazendo parte de um mesmo processo de construção de ambientes urbanos. As suas práticas, também, não estão muito atentas para os graves riscos do isolamento e da simplificação do pensar e do intervir nos ambientes de vida das pessoas para as quais se destinam.

Com a finalidade de cumprir com o seu papel ético-social, contribuindo para a promoção de ambientes urbanos sob os parâmetros teórico-metodológicos da sustentabilidade, faz-se necessário que os

poderes públicos reúnam o conjunto das “competências” necessárias: urbanismo, história, geografia, economia, assistência social etc. (Castilho, 2012) Da mesma maneira, não se pode prescindir do próprio conhecimento relativo aos saberes populares, promovendo diálogos entre as pessoas, a fim de que as políticas públicas, de fato, venham a considerar as necessidades reais dos homens no seu tecido ambiental historicamente contextualizado, em sua complexidade e totalidade.

5. Conclusões

O uso do conceito de complexidade no processo de construção material e imaterial de ambientes urbanos, fundamentado em uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar constitui uma prática que não acontece por decreto, como uma imposição externa e hierárquica. Mas, concretiza-se, vertical e horizontalmente, a partir do diálogo entre os pesquisadores pertencentes às várias disciplinas do conhecimento científico e entre estas e a realidade a partir da qual pensam e intervêm.

Trata-se de experiências que, baseadas no respeito mútuo entre os pesquisadores e entre estes e os ambientes objetos de intervenções, consideram os limites de cada disciplina e, concomitantemente, os desafios à implementação de algo efetivamente criativo e inovador como ambiente urbano construído.

Para isso, partiu-se do entendimento do processo atual de construção de ambientes

urbanos, na história de formação das cidades mediante uma lógica calcada na insustentabilidade dos territórios vividos, a fim de delimitar os argumentos necessários à retomada e reconceituação da sustentabilidade enquanto pensamento e prática, na perspectiva da construção de ambientes urbanos mais humanos.

Discutiu-se o conceito da sustentabilidade nas cidades, recuperando o seu caráter complexo, numa perspectiva interdisciplinar de abordagem, e isto no intuito de aprimorar a capacidade da ciência de elucidar a realidade territorial sob uma perspectiva efetivamente sustentável da vida humana na cidade.

Isto porque, além de serem capazes de captar a natureza dos fenômenos em sua dinâmica complexa, os conceitos constituem mediações fundamentais no processo de elucidação das práticas ambientais vigentes e desejadas em termos de ambientes urbanos construídos.

Na última parte, destacou-se a necessidade do entendimento e, concomitantemente, da prática do complexo, em uma perspectiva de interdisciplinaridade, voltando-se à questão da promoção da sustentabilidade dos ambientes urbanos mais humanos. Discussão que é feita a partir de dois exemplos de políticas públicas ocorridas na cidade de Recife – constituindo antes ações governamentais do que, efetivamente, políticas públicas – que, pelo menos ao nível do discurso político, foram apresentadas

como ações voltadas à promoção da inclusão social de populações pobres da cidade. Mas que, na verdade, não promoveram as condições fundamentais a esta inclusão: a justiça ambiental e, por conseguinte, a sustentabilidade nos ambientes alvos das ações públicas.

Nessa discussão, foram ressaltados dois relevantes desafios ao pesquisador como *cientista-filósofo*, no que diz respeito ao aprimoramento da sua capacidade de enxergar, pensar e intervir na realidade de modo verdadeiro e justo, considerando o complexo ambiental de maneira interdisciplinar.

O primeiro referiu-se à necessidade de se extrapolar as fronteiras no seio da própria ciência, não sendo preciso abandonar sua disciplina específica, a geografia no nosso caso; enquanto que o segundo referiu-se à própria prática no campo da intervenção no ambiente vivido, com o propósito de promover o *bem estar e a felicidade dos homens*, criando ambientes urbanos conforme aos parâmetros da sustentabilidade.

Depois da análise da natureza dos dois programas de intervenção pública voltados a populações pobres do Recife, aqui discutidos – programa de formação profissional e micro-empresarial e programa de erradicação das palafitas –, indagou-se em que medida se está diante de políticas públicas promotoras de ambientes urbanos mais humanos. O que se fez relevante na medida em que não se está considerando, as populações alvo como seres

biológicos que possuem suas histórias de vida e representações vinculadas a culturas próprias dos contextos em que vivem.

Visando combater esta prática simplificadora da realidade e da intervenção pública, cumprindo com o seu papel ético-social de contribuir à promoção de ambientes urbanos sob os parâmetros teórico-metodológicos da sustentabilidade, demonstrou-se que se faz necessário que os poderes públicos reúnam um conjunto das “competências” necessárias numa perspectiva interdisciplinar do pensar e intervir: urbanismo, história, geografia, economia, assistente social etc.

E, ao mesmo tempo, considerou-se a necessidade da aproximação entre o próprio conhecimento relativo ao pensamento complexo e os saberes populares, promovendo diálogos profundos entre os interessados, a fim de que as políticas públicas, de fato, venham a considerar as *necessidades e liberdades* reais dos homens, em sua complexidade.

6. Agradecimentos

Nossos agradecimentos dirigir-se-ão, em primeiro lugar, às duas agências de financiamento que têm contribuído para a realização da pesquisa ora em andamento, isto é, ao CNPq, pela concessão da bolsa de produtividade em pesquisa, desde o ano de 2001; e à CAPES, pela concessão de uma bolsa de estágio pós-doutoral, durante o período de janeiro de 2011 e dezembro de

2011. E, em segundo lugar, aos colegas brasileiros e italianos, bem como aos alunos com os quais tenho dialogado nos últimos anos, através da discussão dos resultados das nossas pesquisas.

7. Referências Bibliográficas

Acselrad, Henri. (2001). Sentidos da sustentabilidade urbana. In: Acselrad, Henri. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas (Org.). Rio de Janeiro: DP&A.

Alvarenga, Augusta Thereza de, Philippi Junior, Arlindo, Sommerman, Américo, Alvarez, Aparecida Magali de Souza, Fernandes, Valdir. (2010). Histórico, fundamentos teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: Philippi Junior, Arlindo & Silva Neto, Antônio J. (Org.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & informação. São Paulo: Manole.

Alves, Rubem. (2005). Filosofia da ciência. São Paulo: Loyola.

Bevilacqua, Piero. (2011). Il grande saccheggio. Roma-Bari: Anticorpi Laterza.

Campos, Rose. (2001). Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou complementaridade? In: Acselrad, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A.

Castilho, Cláudio Jorge Moura de.

(2010/2013). A gestão urbana do partido dos trabalhadores e a promessa da inclusão social em Recife/PE: o “programa governamental à erradicação de palafitas” e a reorganização socioterritorial que afetam as relações de trabalho das famílias atingidas. Projeto de pesquisa (CNPq).

_____. (2011). L’uso del território nella gestione di programmi di inclusione sociale. Il caso di Recife (Brasile). *Rivista geografica italiana*, Roma, Annata CXVIII, fasc. 1, p.1-28.

_____. (2012). Construção de uma metodologia científica voltada aos espaços vividos dos movimentos socioterritoriais. *Movimentos sociais e dinâmicas espaciais*, Recife, v.1, n.1, pp.99-129.

Castoriadis, Cornélius. (1992). As encruzilhadas do labirinto III – *O mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Dematteis, Giuseppe. (2010). Vedere il non nascosto. Certezze e dubbi sul ruolo pubblico della verità geografica. *Bollettino della società geografica italiana*, Roma, série XIII, vol.III, pp.421-440.

Gabellini, Patrizia. (2010). Fare l’urbanistica. Esperienze, comunicazione, memoria. Roma: Carocci.

Gilli, Monica. (2010). Gli indicatori di sostenibilità urbana. *Sociologia urbana e rurale*, Bologna, anno XXXII, n. 92-93.

- Harvey, David. (1996). A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2004). Espaços de esperança. São Paulo: Loyola.
- _____. (2010). The enigma of capital and the crises of capitalism. Londres: Profile Books.
- Heidegger, Martin. (2010). Costruire abitare pensare. In: Filipuzzi, Fabio e Taddio, Luca (org.) Costruire abitare pensare. Milano: Mimesis. (estética e arquitetura)
- Lefebvre, Henri. (1974). La production de l'espace. Paris: Maspero.
- Leis, Héctor Ricardo. (2010). Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: Philippi Junior, Arlindo & Silva Neto, Antônio J. (Org.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & informação. São Paulo: Manole.
- Lynch, Bárbara Deutsch. (2001). Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: Acselrad, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. (org.) Rio de Janeiro: DP&A.
- Latour, Bruno. (2009). Non siamo mai stati moderni. 1 ed. Milano: Elèuthera.
- Miani, Franca. (2009) Dalla insostenibilità alla qualità urbana. Politiche urbanistiche e scenari per lo sviluppo territoriale e l'equilibrio sociale. *Bollettino della società geografica italiana*, Roma, serie XIII, vol. II, pp. 99-111.
- Moura, Rosa. (2001). Os riscos da cidade-modelo. In: Acselrad, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A.
- Morin, Edgard. (2003). Uma ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2011). La sfida della complessità. Le défi de la complexité. Firenze: Le Lettere.
- Mumford, Lewis. (1998). A cidade na história e a história da cidade. São Paulo: Martins Fontes.
- Oliveira, Fabrício Leal de. (2001). Sustentabilidade e competitividade: e agenda hegemônica para as cidades do século XXI. In: ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. (org.) Rio de Janeiro: DP&A.
- Ortega y Gasset, José. (2010a). Il mito dell'uomo oltre la tecnica. In: Filipuzzi, Fabio e Taddio, Luca (org.) Costruire abitare pensare. Milano: Mimesis. (estética e arquitetura)
- _____. (2010b). Intorno al "colloquio di Darmstadt, 1951". In: Filipuzzi, Fabio e Taddio, Luca (org.) Costruire abitare pensare. Milano: Mimesis. (estética e arquitetura)
- Paul, Patrick. (2010). Pensamento complexo e

interdisciplinaridade: abertura par mudança de paradigma? In: Philippi Junior, Arlindo & Silva Neto, Antônio J. (Org.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & informação. São Paulo: Manole.

Raffestin, Claude. (1981). Per una geografia del potere. Milano: Unicopli.

_____. (1989). La diffusione. In: Bailly, Antoine S. et al. I concetti della geografia umana. Bologna: Pàtron Editore.

_____ e Turco, Angelo. (1989). Epistemologia della geografia umana. In: Bailly, Antoine S. et al. I concetti della geografia umana. Bologna: Pàtron Editore.

Raynaut, Claude. (2010). Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: Philippi Junior, Arlindo & Silva Neto, Antônio J. (Org.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & informação. São Paulo: Manole.

Rossi, Ugo e Vanolo, Alberto. (2010). Geografia política urbana. Roma-Bari: Laterza.

Sanchez, Fernanda. (2001). A (in)sustentabilidade das cidades-vitrines. In: Acselrad, Henri (Org.). A duração das

cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A.

Santos, Milton. (1979). Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec.

_____. (1987). O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel.

_____. (1997). *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.

_____. (2000). Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record.

Sommella, Rosario. (2007). La città fra povertà e sviluppo. In: Boggio, Francesco e Dematteis, Giuseppe (org.) Geografia dello sviluppo. Diversità e disuguaglianze nel rapporto Nord-Sud. Novara, UET università.

Swyngedouw, Erik. (2001). A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: Acselrad, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A.

Turco, Angelo. (1988). Verso una teoria geografica della complessità. Milano: Edizioni Unicopli.

Zaoual, Hassan. (2006). Nova economia das iniciativas locais. Rio de Janeiro: DP&A.